



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 116/XIII/ 3.ª SL

Aos 09 dias do mês de maio de 2018, pelas 09:30 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

*09:30 Audição do Presidente do INEM, a requerimento do PSD, a «propósito do agravamento do tempo de resposta no atendimento das chamadas de socorro»;*

*10:30 Audição da Comissão de Trabalhadores do INEM e do Sindicato dos Técnicos de Emergência Pré-Hospitalar (STEPH), a requerimento do BE, «sobre a falta de profissionais neste Instituto público e as consequências na prontidão de resposta e operacionalidade de meios»;*

*11:30 Audição da Entidade Reguladora da Saúde (ERS), ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 70.º, do Decreto-Lei n.º 126/2014, de 22 de agosto, para apresentação do «Plano de Atividades para 2018»;*

*12:30 Discussão e votação do Parecer sobre o «Relatório - Portugal na União Europeia – 2017» - Autora do Parecer: Deputada Isabel Galriça Neto.*

---

**09:30 Audição do Presidente do INEM, a requerimento do PSD, a «propósito do agravamento do tempo de resposta no atendimento das chamadas de socorro»**

Antes de iniciar a audição o Presidente deu conta de que o ponto das apreciações parlamentares fica adiado para a próxima reunião. A Deputada Isabel Galriça Neto lembrou que o Simpósio sobre Oncologia está agendado para dia 5 de junho, pelo que deverão seguir os convites, tendo o Presidente informado que já estava previsto que seguissem hoje mesmo.

O Presidente saudou o Presidente do INEM, Luís Meira, explicando a grelha de tempos que irá ser utilizada.

O Deputado Luís Vales apresentou o requerimento em que o PSD solicita esta audição, acrescentando que hoje mesmo foi noticiado que o tempo de espera pelo atendimento no INEM duplicou, perguntando como vai ser feita a distribuição dos novos profissionais.

O Deputado António Sales disse que o INEM tem sido uma arma de arremesso político e que os tempos de espera flutuam, mas melhoraram ultimamente. Ainda se



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 116/XIII/ 3.ª SL

estão a fazer sentir os efeitos das medidas de redução de serviços tomadas em 2012, mas o atual Governo tem corrigido esta situação, dotando o INEM de mais recursos e perguntou em que medida a reforma em curso poderá melhorar o tempo de atendimento.

O Deputado Moisés Ferreira disse que a questão principal é a falta de recursos humanos, pois faltam centenas de enfermeiros, médicos, TEH e psicólogos, sendo o ritmo de contratação insuficiente. O BE defende a abertura de vários concursos e um planeamento anual, perguntando porque se não contrata.

A Deputada Isabel Galriça Neto disse que é factual a demora no tempo de resposta do INEM, que não corresponde ao necessário e se a austeridade terminou podia melhorar-se a situação. Sublinhou a preocupação do CDS-PP com o INEM, mas saúda pelo trabalho que prestam.

A Deputada Carla Cruz lembrou que o aumento do tempo de atendimento não está desligado da falta de profissionais, havendo muitos postos previstos nos mapas de pessoal que não estão preenchidos. Perguntou que medidas estão a tomar quanto à abertura de concursos e quantos dos lugares ocupados têm profissionais no ativo.

O Presidente do INEM respondeu às questões colocadas, explicando que os tempos médios para atendimento das chamadas é diferente dos tempos de socorro, e estes últimos têm melhorado, de acordo com indicadores que não foram definidos pelo INEM. Também o preocupa o aumento, em segundos, do tempo de atendimento de chamadas, mas o mais importante é que o socorro chegue depressa a quem precisa. Está previsto abrir novos concursos, mas avaliando os lugares previstos e os ocupados, tem havido melhoria. Abordou ainda os temas da abertura de novos postos de emergência médica, da renovação da frota e dos helicópteros.

Na segunda ronda pediram esclarecimentos adicionais os Deputados Luís Vales, António Sales, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, que foram prestados pelo Presidente do INEM.

O Presidente agradeceu a disponibilidade do Presidente do INEM, dizendo terem sido muito úteis os seus esclarecimentos, estando o vídeo/gravação desta audição disponível neste [link](#).

10:30 Audição da Comissão de Trabalhadores do INEM e do Sindicato dos Técnicos de Emergência Pré-Hospitalar (STEPH), a requerimento do BE, «sobre a falta de

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 116/XIII/ 3.ª SL

profissionais neste Instituto público e as consequências na prontidão de resposta e operacionalidade de meios»

O Presidente saudou a Comissão de Trabalhadores do INEM e o STEPH, explicando a grelha de tempos que vai ser utilizada,

O Deputado Moisés Ferreira pediu um enquadramento sobre o que se passa no INEM quanto a falta de profissionais, querendo saber se estão a ser contratados mais e qual a dimensão das consequências da sua falta.

O Deputado Luís Vales assinalou a resiliência dos profissionais do INEM, perguntando porque há tantas saídas de meios humanos, se é essa falta que origina demora no atendimento das chamadas e se é uma boa medida a revisão da cartografia e *software* que estão em curso.

O Deputado Luís Soares perguntou se acham que os portugueses podem confiar no INEM, perguntando quais as verdadeiras razões para a dificuldade em fixar trabalhadores, e se, comparando com os dados de 2011 a 2015, a situação não é hoje melhor, em termos de tempos, rede de acesso e frota.

A Deputada Isabel Galriça Neto disse ser inquestionável o apreço que tem pelo trabalho dos profissionais do INEM, mas está preocupada, pois o preço que se paga pela confiança no trabalho que realizam é o seu grande esforço. Quis saber se corroboram as afirmações do Presidente do INEM quanto à criação de novos postos de técnicos de emergência médica, horas extraordinárias e seguro dos profissionais contra acidentes.

A Deputada Carla Cruz considerou que os trabalhadores do INEM têm uma carga excessiva, com muito trabalho extraordinário, pelo que têm de ser contratados mais, perguntando qual a razão de ser da saída de tantos, se a causa são as condições de trabalho ou as remunerações, e que condições têm as bases.

Pelo STEPH usou da palavra o seu Presidente, Pedro Moreira, dizendo que a carência de TEP vem de há muito e que mesmo abrindo os concursos que estão previstos continuarão a faltar muitos técnicos, pois tem havido muitas saídas e outros mudam de carreira. Considera que os portugueses podem confiar no trabalho do INEM, pelos seus profissionais, mas existem problemas quanto à renovação das frotas, nas motas, os veículos não vêm com GPS e as condições de trabalho são deficitárias, o que dificulta a fixação de profissionais, havendo que melhorar as remunerações, resolver as condições de trabalho e dar formação aos técnicos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 116/XIII/ 3.ª SL

Pela Comissão de Trabalhadores usou da palavra Liliana Santa, que acrescentou que o INEM remete para o seu *site* para consulta dos tempos de espera, que não constam dele. Referiu ainda, designadamente, a falta de recursos, que é crónica e transversal pois as entradas não compensam as saídas, a falta de georreferenciação e a cartografia desatualizada, o que complica o acionamento de meios, a gritante falta de recursos, as ambulâncias não renovadas e a falta de condições nas bases, a falta de planeamento geral e de seguro contra acidentes. Disse que os portugueses podem confiar no INEM, por causa da resistência e espírito de missão dos seus trabalhadores.

Na segunda ronda usaram da palavra para pedir esclarecimentos adicionais os Deputados Luís Vales, Luís Soares, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, tendo Pedro Moreira, Presidente do STEPH, e Liliana Santa e Luís Paz, da Comissão de Trabalhadores, prestado as informações pedidas.

O Presidente agradeceu a todos a disponibilidade e as informações dadas, estando o vídeo/gravação desta audição disponível neste [link](#).

11:30 Audição da Entidade Reguladora da Saúde (ERS), ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 70.º, do Decreto-Lei n.º 126/2014, de 22 de agosto, para apresentação do «Plano de Atividades para 2018»

A Presidente do Conselho de Administração da ERS, Sofia Nogueira da Silva, iniciou a apresentação do [Plano de Atividades para 2018](#), referindo que continua convicta da importância, para a transparência, da separação entre quem faz e quem fiscaliza, sendo que todos os intervenientes no sistema de saúde devem ter um objetivo comum, que é torna-lo o melhor possível. Falou do enquadramento institucional da ERS e do enquadramento do Plano de Atividades para 2018, incidindo nas áreas de atividade, na fiscalização, nas contratações de pessoal, no projeto de monitorização e nas cativações, que comprometeram o recrutamento dos meios necessários à prossecução de todas as atividades propostas e até puseram em causa o pagamento de salários.

O Deputado José António Silva perguntou em que medida as cativações prejudicaram a atividade prevista e se é um procedimento novo para a ERS, se os objetivos foram todos cumpridos, quantas reclamações foram recebidas e que avaliação faz da qualidade dos serviços de saúde prestados.

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 116/XIII/ 3.ª SL

A Deputada Marisabel Moutela falou da última auditoria do Tribunal de Contas que concluiu por desequilíbrios nas contas, tendo sido pedido ao Governo que fizesse um acompanhamento e perguntou qual o peso dos salários nas contas da ERS.

O Deputado Moisés Ferreira pediu esclarecimentos sobre as cativações, perguntando em que medida puseram em causa o plano de atividades e também que reclamações foram recebidas, por áreas.

A Deputada Isabel Galriça Neto perguntou qual a visão e informação que tem a ERS sobre as respostas à consulta a tempo e horas e quanto aos meios de diagnóstico e terapêutica.

A Deputada Carla Cruz salientou que o PCP fez perguntas ao Governo sobre o impacto das cativações e sobre as medidas que serão tomadas para assegurar o cumprimento das missões das entidades reguladoras, sem constrangimentos orçamentais, questionando a Presidente da ERS sobre se existe sistema de classificação das reclamações e se há diferenças entre os prestadores.

A Presidente da ERS respondeu às questões colocadas, abordando, nomeadamente os temas das cativações e seu impacto nos salários, o que obrigou a uma alteração orçamental, bem como o impacto na atividade, as reclamações e o peso dos recursos humanos no orçamento (cerca de 50%). Finalizou dando conta de que irá ser publicado um relatório síntese sobre as reclamações de 2017 e também será brevemente disponibilizado um relatório sobre os tempos máximos de resposta garantidos.

Não havendo mais questões, o Presidente agradeceu as explicações dadas pela Presidente do Conselho de Administração da ERS e a sua disponibilidade, estando o vídeo/gravação desta audição disponível neste [link](#).

12:30 Discussão e votação do Parecer sobre o «Relatório - Portugal na União Europeia – 2017» - Autora do Parecer: Deputada Isabel Galriça Neto

A Deputada Isabel Galriça Neto apresentou o Parecer sobre o «Relatório Portugal na União Europeia – 2017», que é transversal, focando-se nas iniciativas que dizem respeito à saúde. Depois de fazer alguns considerandos e uma apreciação geral, destacou temas como a saúde pública e os consumidores, a política do medicamento, resistência aos antimicrobianos, centros de referência, álcool, *e-Health* e estratégia



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**COMISSÃO DE SAÚDE**

**ATA NÚMERO 116/XIII/ 3.ª SL**

européia, o novo quadro regulamentar dos dispositivos médicos, a resposta à emergência e a saúde na ONU. Sugeriu algumas iniciativas para escrutínio reforçado, dando por concluído o escrutínio desta em análise, devendo o parecer ser remetido à CAE, para os devidos efeitos.

A Deputada Isaura Pedro disse acompanhar o Parecer, bem como as propostas para escrutínio reforçado, votando portanto a favor.

O Deputado João Marques referiu que o Parecer reflete factualmente o Relatório do Governo, que confirma que este está a seguir o bom caminho, cumprindo compromissos, indo igualmente votar a favor.

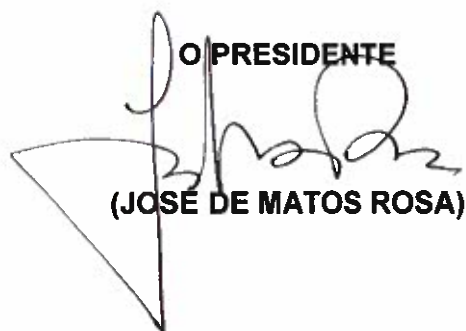
O Deputado Moisés Ferreira disse que o Parecer reflete o Relatório do Governo, com o qual se não identifica, pois não há política de solidariedade, pelo que não acompanhará o Parecer.

A Deputada Carla Cruz disse que o PCP defende o contrário das recomendações da UE, rejeitando o caminho que é seguido, pelo que não acompanha o Parecer.

Os considerandos e conclusões do Parecer foram colocados à votação, tendo sido aprovados por maioria, com os votos a favor do PSD, PS e CDS-PP e a abstenção do BE e do PCP, registando-se a ausência do PEV.

A reunião foi encerrada às 14:15 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 09 maio 2018.

O PRESIDENTE  
  
(JOSE DE MATOS ROSA)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**COMISSÃO DE SAÚDE**

**ATA NÚMERO 116/XIII/ 3.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Sales  
Carla Cruz  
Cristóvão Simão Ribeiro  
Eurídice Pereira  
Fátima Ramos  
Isabel Galriça Neto  
Isaura Pedro  
João Gouveia  
João Marques  
José António Silva  
José de Matos Rosa  
Luís Graça  
Luís Soares  
Luís Vales  
Marisabel Moutela  
Miguel Santos  
Moisés Ferreira  
Ricardo Baptista Leite  
Adão Silva  
Ana Rita Bessa  
António Topa  
Sara Madruga da Costa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra  
Catarina Marcelino  
Jorge Falcato Simões  
José Luís Ferreira  
Maria Antónia de Almeida Santos  
Teresa Caeiro

